

Sul América Santa Cruz Participações S.A.
CNPJ 92.664.937/0001-80



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2018. Em 2018, a Companhia obteve lucro líquido de R\$78,4 milhões, frente a lucro líquido de R\$91,7 milhões no exercício de 2017. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. A DIRETORIA.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		1.081.701	997.023	Circulante		20.658	30.431
Disponível	6	997	828	Contas a pagar		20.658	30.431
Caixa e bancos		997	828	Obrigações a pagar	10	19.065	22.294
Aplicações financeiras	7	1.068.709	972.857	Impostos e contribuições	11	1.015	7.754
Aplicações financeiras		1.068.709	972.857	Outras contas a pagar	12	578	383
Títulos e créditos a receber		12.048	23.338	Não circulante		102.757	99.635
Títulos e créditos a receber		1.838	1.803	Contas a pagar		80.824	78.481
Dividendos a receber		—	13.639	Obrigações a pagar	10	80.824	78.481
Créditos tributários e previdenciários	8	11.234	9.222	Outras ações judiciais	14.2	21.933	21.154
Outros		723	474	Provisões judiciais		21.933	21.154
(-) Redução ao valor recuperável		(1.800)	(1.800)	Patrimônio líquido	15	1.365.225	1.300.207
Não circulante		406.939	433.250	Capital social		1.137.873	1.137.873
Realizável a longo prazo		140.229	138.323	Reservas de capital		(32.990)	(32.990)
Títulos e créditos a receber		140.229	138.323	Reservas de lucros		246.210	186.455
Créditos tributários e previdenciários	8	15.278	15.555	Ajuste de avaliação patrimonial		14.132	8.869
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	125.004	122.768	Total do passivo e patrimônio líquido		1.488.640	1.430.273
Investimentos		266.660	294.915	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Participações societárias	9	266.384	294.654				
Imóveis destinados à renda		15	—				
Outros investimentos		284	284				
(-) Redução ao valor recuperável		(23)	(23)				
Imobilizado		(3)	12				
Total do ativo		1.488.640	1.430.273				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em milhares de reais)

Descrição	Reserva de capital			Reservas de lucros			
	Ágio/Deságio	Total da Capital em transação	Reserva de capital de capital	Reserva legal	Total das Reservas estatutária	Ajustes de reservas de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2017	837.896	(32.990)	(32.990)	18.281	98.262	116.543	(13.164)
Aumento de Capital conforme AGE do dia 22/12/2017	299.977	—	—	—	—	—	299.977
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	22.033	22.033
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	91.688
Destinação do lucro líquido do exercício:							91.688
Reserva legal	—	—	—	4.584	—	4.584	(4.584)
Reserva estatutária	—	—	—	—	65.328	65.328	(65.328)
Dividendos obrigatórios - R\$1.287,99 (em reais) por ação	—	—	—	—	—	—	(21.776)
Saldos em 31/12/2017	1.137.873	(32.990)	(32.990)	22.865	163.590	186.455	8.869
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	5.263	5.263
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	78.367
Destinação do lucro líquido do exercício:							78.367
Reserva legal	—	—	—	3.918	—	3.918	(3.918)
Reserva estatutária	—	—	—	—	55.837	55.837	(55.837)
Dividendos obrigatórios - R\$1.100,85 (em reais) por ação	—	—	—	—	—	—	(18.612)
Saldos em 31/12/2018	1.137.873	(32.990)	(32.990)	26.783	219.427	246.210	14.132

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A. denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121 no bairro Cidade Nova, e tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de Capitalização. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAÚDE" e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 27/02/2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora indireta, Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2019. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos (nota 5), dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 7). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.1.2. Balanço patrimonial:** Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; * Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e * Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros. **3.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "custo amortizado" são classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica de patrimônio líquido. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: * As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; * O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e * O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), esta registrada no patrimônio líquido. **3.5. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida indefinida, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão

relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.7. Passivos financeiros circulantes e não circulantes:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. **3.8. Provisões para ações judiciais:** **3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores da provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupoamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,59% ao ano (10,65% em 2017). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados

continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. - CNPJ 92.664.937/0001-80

dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1^ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes de monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1^ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2^ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3^ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivaram apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Concentração das operações: Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios, especificamente na região sudeste, devido à localização do polo econômico do país.

4.2. Risco de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, da forma a possibilitar revisões e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia.

4.3. Risco de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir os termos em que foi acordado. A carteira de crédito privado é composta basicamente por emissores da menor categoria de risco possível (classe AAA e AA+) e as cotas de fundo de investimentos administradas por instituições de primeira linha, de acordo com as melhores práticas de mercado.

4.4. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar imediatamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 2018 e 2017.

Descrição	2018									
	Sem vencimento	Até 01 ano	01 aé 02 anos	02 aé 05 anos	05 aé 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	
Aplicações financeiras	152.739	45.327	21.965	694.906	137.055	1.051.992	1.068.709	16.717	1.068.709	
Valor justo por meio do resultado	152.739	43.885	21.965	84.504	5.921	309.014	309.805	791	309.805	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	1.442	–	610.402	131.134	742.978	758.904	15.926	758.904	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.612	–	–	–	–	18.612	18.612	–	18.612	

Descrição	2017									
	Sem vencimento	Até 01 ano	01 aé 02 anos	02 aé 05 anos	05 aé 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	
Aplicações financeiras	147.284	90.991	13.334	545.054	167.078	963.741	972.857	9.116	972.857	
Valor justo por meio do resultado	147.261	77.393	11.979	95.188	–	331.821	333.506	1.685	333.506	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	23	13.598	1.355	449.866	167.078	631.920	639.351	7.431	639.351	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	13.639	–	–	–	–	13.639	13.639	–	13.639	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21.776	–	–	–	–	21.776	21.776	–	21.776	

5. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, para a data-base 31/12/2018 e 2017, estão mensurados a valor justo através do resultado e estão demonstrados a seguir:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor a receber / recebido		Valor a pagar / pago	
	Vencimento	2018	2017	2018	2017	2018
Contratos futuros:						
Compromisso de compra						
Taxa de juros em reais	2021	–	52.000	–	40.087	–

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica "Títulos e créditos a receber", no ativo circulante e na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo circulante. 5.1. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2018 e 2017, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas em fundos de investimentos exclusivos classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	2018		
	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Março/2019	–	–
LFT	Março/2020	–	–
Total	–	–	–

Ativo	2017		
	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Março/2019	900	8.349
LFT	Março/2020	634	5.877
Total	–	1.534	14.226

LFT: Letras financeiras do tesouro

7.2. Movimentação das aplicações financeiras:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes		Total	
	Valor justo por meio do resultado	2018	Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes	2018	Total	2018
Saldo em 01/01/2017	213.944	419.898	633.842			
Aplicações	135.751	366.192	501.943			
Rendimentos resgate	2.252	(22.405)	(20.153)			
Principal resgate	(45.007)	(169.960)	(214.967)			
Resultado financeiro	26.567	42.279	68.846			
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1)	–	(1)			
Ajuste a valor de mercado	–	3.347	3.347			
Saldo em 31/12/2017	333.506	639.351	972.857			

7.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando:

Fatores de risco	VaR 95%		DV01=0,01%			
	Pré-fixado	123	24	IPCA	97	15
Renda variável	393	228	–	–	–	–
Outros	6	–	–	–	–	–
Total	719	267	–	–	–	–

Fatores de risco	VaR 95%		DV01=0,01%		
Pré-fixado	(13)	(2)	IPCA	28	9

<tbl_r cells="6" ix="4" maxc

continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. - CNPJ 92.664.937/0001-80

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para perda em investimentos	550	—	—	550
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	28.076	4.031	(548)	31.559
Redução ao valor recuperável de créditos	469	142	—	611
Outros	39	—	(37)	2
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	29.134	4.173	(585)	32.722
Total dos créditos tributários	29.134	4.173	(585)	32.722
Atualizações de depósitos judiciais	(15.516)	(1.409)	710	(16.215)
Ajuste a valor de mercado	(2.535)	(5.967)	3.087	(5.415)
Total dos débitos tributários	(18.051)	(7.376)	3.797	(21.630)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	11.083	(3.203)	3.212	11.092

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

9. Investimentos - participações societárias: Em 31/12/2018 e 2017, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP	
Saldo em 01/01/2017	237.490
Equivalência patrimonial	53.308
Ajustes de avaliação patrimonial	19.901
Dividendos	(16.045)
Saldo em 31/12/2017	294.654
Equivalência patrimonial	30.400
Ajustes de avaliação patrimonial	(461)
Grupamento de ações (a)	(2.561)
Dividendos	(55.648)
Saldo em 31/12/2018	266.384

(a) Em 30/05/2018, a SULACAP realizou grupamento de ações. Como consequência, a Companhia recebeu indenização da fração de 0,3 ação que não foi integralizada no montante de R\$2.561.

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP	
Ativo	1.118.448
Passivo	852.064
Patrimônio líquido	266.384
Receita líquida	71.651
Lucro líquido do exercício	30.834
Percentual de participação (%)	100,0000%
Valor contábil do investimento	266.384
Quantidade de ações ordinárias	35

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2018	2017	2018	2017
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (f)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	—	13.639	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	18.612	21.776
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	49	28
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	99	56
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	57	—	—
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (g)	Indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	105	—	105	86
Gouvea Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	—	—	280	—
Total			105	13.696	19.145	21.946
						Despesa
Descrição	Categoria	Controladora	2018	2017		
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (f)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	—	—		
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—		
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(560)	(334)		
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1.138)	(678)		
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(3)	—		
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—		
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (g)	Indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	(149)	(232)		
Gouvea Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	(36)	(36)		
Total			(1.886)	(1.280)		

(a) Valor referente ao seguro saúde oferecido aos funcionários e dirigentes; (b) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (f) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; e (g) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias do Grupo SulAmérica. Os recursos detidos em aplicação nos fundos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., controlada da Sul América Companhia de Seguro Saúde, pelo pessoal-chave da administração da SulAmérica monta R\$70.514 em 31/12/2018 (R\$63.911 em 2017). Os montantes de dividendos recebidos e pagos pela Companhia, em 2018, estão demonstrados a seguir:

Dividendos e JCP recebidos	Dividendos Pagos
2018	2017
21.776	—
Total	21.776

14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2017	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2017	
					2018	2017
Tributárias: (a)						
PIS	61.461	—	3.019	—	64.480	
COFINS	242	—	11	—	253	
CSLL	5.444	—	316	—	5.760	
IRPJ	5.287	—	266	—	5.553	
Honorários	1.218	98	127	—	1.443	
Outros	10.035	—	202	(9.245)	992	
Subtotal	83.687	98	3.941	(9.245)	78.481	
Previdenciárias:						
INSS	19.957	6	1.191	—	21.154	
Subtotal	19.957	6	1.191	—	21.154	
Total	103.644	104	5.132	(9.245)	99.635	99.635
Não circulante						
Saldo em 31/12/2017						
Descrição	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2018		
Tributárias: (a)						
PIS	64.480	—	4.007	—	68.487	
COFINS	253	—	7	—	260	
CSLL	5.760	—	198	—	5.958	
IRPJ	5.553	—	159	(1.819)	3.893	
Honorários	1.443	1.020	294	(1.309)	1.448	
Outros	992	—	54	(268)	778	
Subtotal	78.481	1.020	4.719	(3.396)	80.824	
Previdenciárias:						
INSS	21.154	—	779	—	21.933	
Subtotal	21.154	—	779	—	21.933	
Total	99.635	1.020	5.498	(3.396)	102.757	102.757
Não circulante						

(

continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. - CNPJ 92.664.937/0001-80

Descrição	2018		2017		18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no resultado abrangente:	2018
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social		
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	98.633	98.633	119.584	119.584		
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(24.658)	(8.877)	(29.896)	(10.763)		
Correntes:						
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%		
Adições:						
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.012)	(429)	–	(379)		
Despesas não dedutíveis	(210)	(75)	(409)	(147)		
Juros sobre capital próprio	–	–	(4.011)	(1.444)		
Outras	(498)	(7)	(38)	(22)		
Subtotal	(1.720)	(511)	(4.458)	(1.992)		
Exclusões:						
Resultado positivo de equivalência patrimonial	7.600	2.736	13.327	4.798		
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	–	773	–		
Atualização de depósitos judiciais	1.036	373	1.899	684		
Subtotal	8.636	3.109	15.999	5.482		
Redução de incentivos fiscais	829	–	706	–		
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(16.913)	(6.279)	(17.649)	(7.273)		
Diferidos:						
Constituição / (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	852	371	(773)	401		
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(514)	(185)	(1.896)	(683)		
Constituição - Redução ao valor recuperável	1.766	636	–	(23)		
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	2.104	822	(2.669)	(305)		
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(14.809)	(5.457)	(20.318)	(7.578)		
Aliquota efetiva	15,01%	5,53%	16,99%	6,34%		
Aliquota efetiva combinada	20,54%	23,33%				

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretor Vice-Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos. Diretor: Laenio Pereira dos Santos Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Santa Cruz Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Santa Cruz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

que se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
 Roberto Paulo Kenedi
 Contador
 CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.**Diário Comercial**

Por que escolher o Diário Comercial?

- Atendimento ágil e personalizado por profissionais experientes
- Oferece o melhor custo benefício do mercado
- Possui um público especializado em finanças
- Reconhecido pela expertise em Publicidade Legal e Financeira

www.diariocomercial.com.br

• Atas • Avisos • Balanços • Comunicados • Editais • Fatos Relevantes

